

Itapoá Terminais Portuários S.A.
Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012

Demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado. 5

Demonstrações do resultado abrangente.....6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Itapoá Terminais Portuários S.A.
Itapoá - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapoá Terminais Portuários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapoá Terminais Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba (PR), 31 de janeiro de 2014.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 F-PR



Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC 021.585/O-4



Roque Hülse
Contador CRC-1SC 021283/O-3-T-PR-C-SC

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.963	27.104
Aplicações financeiras	5	23.048	6.825
Contas a receber	6	16.095	4.615
Impostos a compensar		394	26
Estoques		2.401	2.031
Adiantamentos		572	464
Outras contas a receber		12	4
		<u>44.485</u>	<u>41.069</u>
Ativo não circulante			
Impostos a compensar		-	381
Impostos diferidos ativos	7.2	88.603	75.144
Depósitos judiciais		519	7
Imobilizado	8	475.788	489.707
Intangível		2.164	2.523
		<u>567.074</u>	<u>567.762</u>
Total do ativo		<u>611.559</u>	<u>608.831</u>

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	6.693	82.119
Fornecedores	9	6.281	5.325
Obrigações fiscais		2.231	760
Obrigações trabalhistas e sociais		8.367	3.680
Contas a pagar de imobilizado		1.686	5.667
Outras exigibilidades		95	559
		<u>25.353</u>	<u>98.110</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	442.749	385.117
Contas a pagar de imobilizado		7.027	8.333
Provisões para litígios	13	300	307
		<u>450.076</u>	<u>393.757</u>
Patrimônio líquido	11		
Capital social		301.487	222.554
Prejuízos acumulados		(175.357)	(147.523)
Total do patrimônio líquido		<u>126.130</u>	<u>75.031</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital		10.000	41.933
Total do patrimônio líquido e adiantamentos para aumento de capital		<u>136.130</u>	<u>116.964</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>611.559</u>	<u>608.831</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação em reais – R\$)

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita operacional líquida	14.1	159.199	72.628
Custo dos serviços prestados	14.2	(77.151)	(41.834)
Lucro bruto		<u>82.048</u>	<u>30.794</u>
Receitas (despesas) administrativas			
Despesas comerciais	14.2	(5.021)	(3.692)
Gerais e administrativas	14.2	(25.644)	(27.984)
Custo da ociosidade	14.2	-	(13.175)
Outras receitas operacionais	14.2	38	-
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		<u>51.421</u>	<u>(14.057)</u>
Despesas financeiras	14.3	(71.323)	(83.801)
Receitas financeiras	14.3	2.044	2.021
Custos de liquidação da dívida	14.3	(23.436)	-
Prejuízo antes dos impostos		<u>(41.294)</u>	<u>(95.837)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	13.460	32.530
Prejuízo do exercício		<u>(27.834)</u>	<u>(63.307)</u>
Prejuízo por ação – em R\$	11	<u>(0,20)</u>	<u>(0,46)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízo do exercício		<u>(27.834)</u>	<u>(63.307)</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>(27.834)</u>	<u>(63.307)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamentos
Em 31 de dezembro de 2011		131.920	(84.216)	47.704	32.300	80.004
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	100.267	100.267
Aumento de capital		90.634	-	90.634	(90.634)	-
Prejuízo do exercício		-	(63.307)	(63.307)	-	(63.307)
Em 31 de dezembro de 2012		222.554	(147.523)	75.031	41.933	116.964
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	-	-	-	10.000	10.000
Aumento de capital	11	78.933	-	78.933	(41.933)	37.000
Prejuízo do exercício		-	(27.834)	(27.834)	-	(27.834)
Em 31 de dezembro de 2013		301.487	(175.357)	126.130	10.000	136.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(41.294)	(95.837)
Depreciação	24.217	25.969
Amortização	711	674
Baixa de imobilizado e intangível	1.094	3
Despesas de juros e atualização	67.312	80.347
Custo de liquidação antecipada de dívida	23.436	-
Aumento de contas a receber	(11.480)	(2.491)
Redução dos impostos a recuperar	13	597
Aumento de outros ativos	(998)	(1.061)
Aumento (redução) de fornecedores	956	(2.515)
Aumento de obrigações trabalhistas e tributárias	6.158	1.210
Aumento (redução) de outros passivos	(470)	22
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	69.655	6.918
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(11.375)	(8.929)
Adições ao intangível	(369)	(229)
Adições em aplicações financeiras	(14.696)	5.206
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.440)	(3.952)
Atividades de financiamento		
Captação de financiamentos	439.843	-
Aportes de capital e adiantamentos para aumento de capital	47.000	99.800
Pagamento de financiamento	(470.640)	(12.770)
Juros pagos	(84.559)	(77.870)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(68.356)	9.160
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(25.141)	12.126
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.104	14.978
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.963	27.104
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(25.141)	12.126
Transações que não afetaram caixa:		
Compra de imobilizado a prazo	-	14.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Itapoá Terminais Portuários S.A, tem sede na Av. Beira Mar 5, 2900 do município de Itapoá-SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo III da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

A finalização das obras e início das operações do porto ocorreu em setembro de 2011, com investimentos no montante aproximado de R\$ 500.000, totalmente custeado por aportes de capital e por meio de captação de financiamento.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessários para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia, não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do Terminal.

Durante a fase inicial de operação, até a reestruturação de sua dívida, ocorrida em maio de 2013 (Nota 10), a Companhia recebeu, quando necessário, apoio financeiro de seus acionistas. No segundo semestre de 2013 a Companhia atingiu um nível de movimentação portuária suficiente para cobrir as necessidades de caixa do atual cenário de negócios da Companhia.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de janeiro de 2014.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2. Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.2. Reconhecimento de Receita -- Continuação

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida à medida que a movimentação dos contêineres é efetuada ou à medida que o tempo de armazenagem transcorre. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido. Durante a fase inicial de operação, a parcela de custos fixos relativa à capacidade ociosa foi reclassificada para outras despesas operacionais, fato que ocorreu até 31 de dezembro de 2012, a partir de 1 de janeiro de 2013 não mais foi observada essa necessidade.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no Brasil, onde a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.4. Impostos -- Continuação

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.4. Impostos -- Continuação

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição		Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de "valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, que são: (i) Ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) Mantido até o vencimento; (iii) Empréstimos e recebíveis; e (iv) Disponível para venda.

2.5.1. Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Exceto quanto ao caixa e equivalentes e às aplicações financeiras, que são avaliados a valor justo através do resultado, os demais ativos financeiros estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, representando ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.5. Instrumentos financeiros – Continuação

2.5.2. Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, tributos, impostos e contribuições a pagar, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. São classificados como “empréstimos e financiamentos”, pois incluem passivos financeiros não derivativos e que não são usualmente negociados antes do seu vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas com juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

2.5.3. Classificação entre circulante e não circulante: Instrumentos financeiros são classificados como circulante ou não circulante com base na análise do fluxo de caixa contratado. É segregada como não circulante a parcela do instrumento financeiro cujo fluxo de caixa excede o período de 12 meses da data do balanço.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.7. Imobilizado -- Continuação

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: edificações de 15 a 30 anos, máquinas e equipamentos de 10 a 15 anos e outros de 5 a 10 anos. O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

2.10. Estoques

Compostos por combustível, peças e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa estão registradas por valores equivalentes ao valor justo na data do encerramento do exercício.

2.13. Provisão para litígios

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2.

Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento e investimento, respectivamente.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Os seguintes normativos foram aplicados pela primeira vez no exercício de 2013:

CPC 36 (R3)	Demonstrações consolidadas
CPC 35 (R2)	Demonstrações separadas
CPC 19 (R2)	Negócios em conjunto
CPC 18 (R2)	Investimentos em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
CPC 45	Divulgação de participações em outras entidades
CPC 46	Mensuração a valor justo
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados

As alterações não afetaram os saldos registrados pela Companhia, todavia podem ter requerido divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas.

2.16. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IFRS 9	<u>Instrumentos financeiros</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, e trata da classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros conforme definido na IAS 39.
IAS 32	<u>Compensação de ativos e passivos financeiros – Revisões da IAS 32</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, esclarece conceitos e critérios de aplicação da norma.
IFRS 10 e outros	<u>Entidades de investimento (revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, as revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para entidades de investimento.
IFRIC 21	<u>Tributos</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, clarifica o momento em que o passivo de tributos é registrado, quando o fato gerador é contingente.
IAS 39	<u>Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, ameniza da descontinuação da contabilidade de hedge quando certos critérios são atingidos.

Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos à estimativas significativas incluem:

- i) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados (Nota 2.11);
- ii) estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 2.4);
- iii) a identificação e valorização da provisão para litígios (Nota 2.13);
- iv) a determinação da vida útil dos ativos imobilizados (Nota 2.7);
- v) as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros registrados no balanço utilizam técnicas de valorização baseadas em cotações de mercado (Nível 1).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	29	38
Banco conta movimento	<u>1.934</u>	<u>27.066</u>
	<u>1.963</u>	<u>27.104</u>

5. Aplicações financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Banco do Brasil	23.048	978
HSBC	-	5.847
	<u>23.048</u>	<u>6.825</u>

Os investimentos possuem remuneração atrelada à taxa CDI.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia registra os valores a receber de clientes relativo às atividades de prestação de serviços portuários, de movimentação de cargas e armazenagem, conforme abertura abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Duplicatas a receber – mercado interno	9.789	2.744
Duplicatas a receber – mercado externo	6.312	1.871
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	-
	<u>16.095</u>	<u>4.615</u>

A Companhia pratica prazo médio inferior a trinta dias, e apresenta apenas 4 títulos vencidos há mais de 6 meses, para os quais foi constituída provisão para perdas.

7. Impostos sobre a renda

7.1. Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízo antes dos impostos	(41.294)	(95.837)
Impostos à alíquota nominal de 34%	14.040	32.585
Diferenças permanentes	(580)	(55)
Impostos diferidos registrados no resultado	<u>13.460</u>	<u>32.530</u>

7.2. Impostos diferidos ativos

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, e tem por base prejuízos fiscais e base negativa, além de diferenças temporárias, compostos da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	77.529	58.123
RTT - Baixa de ativo diferido (*)	11.931	16.704
RTT – Diferença de vida útil do imobilizado	(1.869)	-
Outras diferenças temporárias	1.012	317
Total de imposto diferido ativo	<u>88.603</u>	<u>75.144</u>

(*) Despesas pré-operacionais baixadas contabilmente por não atender ao conceito de ativo, da forma que preconizados pelas novas normas contábeis.

A Administração prevê que os impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias sobre a baixa do ativo diferido (despesas pré-operacionais) serão realizados na proporção da amortização fiscal permitida (5 anos). Os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram registrados com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos sete anos.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Equipamentos de operação	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2011	11.386	310.174	114.275	9.489	47.426	492.750
Adições	15.207	487	47	1.215	5.973	22.929
Baixas	-	-	-	-	(3)	(3)
Transferências	675	45.630	1.657	(1.647)	(46.315)	-
Depreciação	-	(12.286)	(12.091)	(1.592)	-	(25.969)
Em 31 de dezembro de 2012	27.268	344.005	103.888	7.465	7.081	489.707
Adições	747	212	153	412	9.851	11.375
Baixas	-	-	(536)	(35)	(506)	(1.077)
Transferências	180	302	(428)	(6)	(48)	-
Depreciação	-	(12.386)	(10.172)	(1.659)	-	(24.217)
Em 31 de dezembro de 2013	28.195	332.133	92.905	6.177	16.378	475.788

Os bens da Companhia, em sua maioria, estão alienados fiduciariamente a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures), assinada em 29 de abril de 2013.

Imobilizado em andamento

Basicamente composto pela construção do acesso alternativo até o porto, bem como por gastos iniciais da execução da fase dois do processo de expansão do porto.

Custos com empréstimos capitalizados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve capitalização de juros.

Revisão da vida útil

No primeiro trimestre de 2013, o Departamento de Engenharia da Companhia preparou um estudo das vidas úteis das principais classes de ativos, com base no qual ajustou as estimativas de vida útil dos equipamentos de grande porte (de 10 para 15 anos) e de parte da infraestrutura (de 25 para 30 anos).

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores nacionais	2.961	1.522
Fornecedores estrangeiros	3.320	3.803
Total de fornecedores	<u>6.281</u>	<u>5.325</u>

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures				
Banco do Brasil	Nominal:3,6%a.a.+100% DI	Mai/2023	228.782	-
Banco Votorantim	Nominal:3,6%a.a.+100% DI	Mai/2023	228.782	-
Empréstimos e financiamentos				
BVA S.A.	Nominal: 11% a.a. + IPCA	Mai/2019	-	484.844
Custos com a captação			(8.122)	(17.608)
Total dos empréstimos			<u>449.442</u>	467.236
Passivo circulante			<u>6.693</u>	82.119
Passivo não circulante			<u>442.749</u>	<u>385.117</u>

BANCO DO BRASIL E BANCO VOTORANTIM

Em 29 de abril de 2013 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB – Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. (Credores), na proporção de 50% para cada credor, no valor total de R\$ 450 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 3,60% e prazo de 10 anos, sendo 2 anos de carência apenas para principal. A emissão ocorreu em 13 de maio de 2013 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização do principal terá início apenas em 13 de maio de 2015, pelo sistema SAC em 17 parcelas, com vencimento final em 13 de maio de 2023. O Agente Fiduciário nomeado é BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os recursos captados através da 1ª Emissão de Debêntures foram utilizados para liquidação antecipada do empréstimo junto ao BVA S.A.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de estruturação das Debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

Garantias e covenants

O contrato está garantido pelas ações da Companhia, seus equipamentos operacionais, recebíveis e terreno do Porto (matrícula 754), além do contrato de suporte dos Acionistas que prevê aportes de capital caso o Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) fique abaixo de 1,20 (descrito abaixo).

Há exigências para que a Companhia atenda determinados índices financeiros:

- a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida: maior ou igual a 1,40 a partir de dezembro de 2013, sob pena de composição de Conta Reserva no valor projetado do próximo Serviço da Dívida;
- b) Índice da dívida líquida sobre capital social: igual ou inferior a 4,00 a partir de 30 de junho de 2015;
- c) Índice dívida líquida sobre EBITDA: no máximo igual a 4,00 a partir de 30 de junho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia está atendendo aos índices aplicáveis.

11. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social monta R\$ 301.487 (R\$ 222.554 em 2012) representado por 143.177.767 ações ordinárias (137.937.337 em 2012), sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013 o saldo R\$ 41.933 de adiantamentos para futuro aumento de capital foi integralizado ao capital social, com a emissão de 2.783.944 ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2013 o capital social foi aumentado em R\$ 37.000, mediante emissão de 2.760.506 ações, totalmente subscritas pelos acionistas, em espécie, conforme sua participação do capital social.

O capital social está assim distribuído:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Capital Social		
Portinvest Participações S.A.	211.041	155.788
Aliança Administração de Imóveis e Participações Ltda.	90.446	66.766
Capital Integralizado	<u>301.487</u>	<u>222.554</u>

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido – Continuação

No cálculo do resultado por ação apresentado na demonstração do resultado, foi utilizado o denominador de 142.802.151, equivalente ao número médio de ações durante o período, ponderado pelo tempo.

Adiantamentos para futuro aumento de capital

No exercício de 2013 os acionistas adiantaram R\$ 10.000 (R\$ 99.800 em 2012), aprovaram a integralização de R\$ 41.933 (R\$ 90.634 em 2012) ao capital social. O saldo remanescente de R\$ 10.000, será capitalizado em futuro próximo.

12. Partes relacionadas

12.1. Identificação das partes relacionadas

As partes relacionadas à Companhia basicamente referem-se aos acionistas e seus controladores, conforme abaixo:

Acionista da Itapoá	Controladores do Acionista
Portinvest Participações S.A	Battistela Trading Battistela Adm. e Participação S.A. Logz Logística Battistella Ind. E Comércio Ltda
Aliança Adm. de Imóveis e Particip. Ltda.	Aliança Navegação e Logística Ltda Hamburg Sud Brasil Ltda

12.2. Saldos e transações

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia prestou serviços para as seguintes partes relacionadas: R\$ 70.687 (R\$ 34.462 em 2012) para o grupo Hamburg Sud (dos quais R\$ 8.184 permanecem a receber) e R\$ 28 (R\$ 12 em 2012) para a Battistella (do qual R\$ 1 permanece a receber).

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas -- Continuação

12.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2013 a administração da Companhia era composta por 7 conselheiros e 4 diretores. Os membros do Conselho de Administração e a Diretoria foram remunerados no montante de R\$ 2.215 por seus serviços durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.825 em 2012). Foi aprovado em 30/04/2013 um plano de participação nos resultados, que contempla todos os funcionários da Companhia incluindo os seus diretores. O principal indicador para determinar o pagamento da participação é a meta de EBITDA, estabelecida pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2013 o valor total provisionado para a participação de resultados é de R\$ 3.367, registrado à rubrica de Obrigações trabalhistas e sociais, valor este relativo a todos os funcionários, uma vez que a efetivação depende do alcance da meta de partida. A Companhia não concede benefícios de longo prazo a seus Administradores.

13. Provisões, compromissos e contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível. Para as causas em que é provável que desembolsos de caixa sejam requeridos para liquidar a obrigação, foi registrada provisão, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 300 (R\$ 307 para 31 de dezembro de 2012).

Em maio de 2013 a Delegacia da Receita Federal notificou a Companhia em R\$ 1.375, pelo não recolhimento de Pis/Cofins e CIDE sobre determinados serviços contratados no mercado externo. A Companhia está discutindo as autuações na esfera administrativa, e nenhuma provisão foi constituída pelo fato de a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entender que o risco de haver futuro desembolso de caixa é baixo.

14. Outras informações sobre receitas e despesas

14.1. Receita do exercício

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta de serviços	176.158	79.852
(-) Serviços cancelados	(113)	-
(-) Impostos sobre vendas	(16.846)	(7.224)
Receita líquida	159.199	72.628

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras informações sobre receitas e despesas -- Continuação

14.2. Despesas por natureza

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Folha de pagamento	44.106	33.799
Depreciação	24.157	25.815
Serviços de terceiros	13.103	11.157
Material de uso e consumo	6.118	2.752
Manutenção	2.921	1.882
Despesas gerais	3.610	2.092
Honorários da administração	2.215	1.825
Despesas com infraestrutura	812	196
Despesas com seguro	1.391	1.352
Impostos e taxas	1.621	1.251
Despesas com viagens	1.237	601
Despesas com energia elétrica	6.487	3.963
Total	<u>107.778</u>	<u>86.685</u>

14.3. Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicação financeira	1.527	1.615
Juros sobre outros ativos	52	145
Outros	465	261
	<u>2.044</u>	<u>2.021</u>
Despesas financeiras		
Juros incorridos	(69.145)	(82.259)
Variação cambial	(871)	(1.092)
Outros	(1.307)	(450)
	<u>(71.323)</u>	<u>(83.801)</u>
Custos de liquidação da dívida *	(23.436)	-
Resultado financeiro líquido	<u>(92.715)</u>	<u>(81.780)</u>

* Encargos incorridos com a liquidação antecipada da dívida antiga, quitada com os recursos obtidos com a emissão de debêntures (Nota 10).

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros

As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com os respectivos contratos celebrados entre as partes. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Disponibilidades:

São representadas por depósitos bancários livres para movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata e registradas por valor equivalente ao seu valor de mercado. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

Contas a receber:

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

Contas a pagar:

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. Os valores a pagar ao mercado externo estão sujeitos aos efeitos das flutuações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira.

Empréstimos:

Conforme descrito na nota explicativa 10, os passivos financeiros da Companhia estão apresentados pelos valores contratados adicionados dos correspondentes juros efetivos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. O empréstimo foi contratado à taxa variável, de forma que seu valor justo não está exposto à flutuações da taxa de juros de mercado, de forma que o valor justo se aproxima ao valor das debêntures, sem considerar os custos de captação (R\$457.564).

A Companhia não opera com derivativos.

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros foi prover os recursos para a construção das instalações e para a operação da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 afetados pelo risco de mercado são os empréstimos e contas a pagar e aplicações (afetados pelo risco da taxa de juros).

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O quadro a seguir demonstra o grau de sensibilidade dos principais instrumentos da Companhia ao risco de taxa de juros, considerando como cenário provável as taxas praticadas em 31 de dezembro de 2013 e cenários de redução e aumento das taxas em 25% e 50% (efeitos para um exercício):

	Risco	Cenários				
		-50%	-25%	Atual	+25%	+50%
Aplicações	Juros CDI	1.113	1.670	2.226	2.783	3.340
Contas a pagar	INPC	(221)	(332)	(443)	(554)	(664)
Empréstimos	Variação DI	(38.753)	(49.623)	(60.673)	(71.723)	(82.773)
Referência: IBGE INPC		2,78%	4,17%	5,56%	6,95%	8,34%
Referência: BM&F DI Pre - 360 dias		4,83%	7,25%	9,66%	12,08%	14,49%

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Para minimizar o risco de crédito, os recursos excedentes são aplicados em instituições julgadas pela administração como de primeira linha (Banco do Brasil, HSBC e Deutsche Bank).

Itapoá Terminais Portuários S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro – Continuação

Risco de concentração de clientes

O risco de crédito de clientes está sujeito à políticas e procedimentos de classificação de risco, a partir do qual a Companhia estabelece os limites de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 3 clientes que concentravam 77% do saldo a receber (1 cliente com 43% do saldo em 2012).

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos e a flexibilidade de planejamento de liquidez recorrente.

O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013, com base nos pagamentos contratuais não descontados e com os juros projetados para pagamento:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>> 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	6.281	-	-	6.281
Obrigações fiscais, trabalhistas e outras	10.693	300	-	10.993
Contas a pagar de imobilizado	1.972	7.243	-	9.215
Empréstimos e financiamentos	7.563	211.765	238.235	457.563
	26.509	219.308	238.235	484.052

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados. A cobertura da apólice vigente pode ser assim resumida:

	<u>USD (mil)</u>
Bens imóveis (edifícios e instalações) e bens móveis (equipamentos)	15.000
Responsabilidade Civil	2.000
Valor total	<u>17.000</u>

A suficiência da cobertura de seguros foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.